

Informe
Anual Integrado
2019



Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro – CEG

Naturgy 

Informe
Anual Integrado
2019



Informe Anual Integrado | 2019

Demonstrações financeiras

—

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras | 04

Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas
no Brasil em 31 de dezembro de 2019 | 10

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG
Rio de Janeiro-RJ

Opinião_

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião_

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria_

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de venda de gás fornecida e não faturada

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. A receita não faturada é estimada para a venda de gás realizada nos últimos dias de cada mês e estornada no mês subsequente quando do efetivo faturamento.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2019, essa estimativa totalizou R\$202.933 mil e foi mensurada com base nas projeções de consumo de gás, calculado com base no volume consumido de cada cliente no último mês. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de gás envolve julgamento significativo por parte da Administração na determinação das premissas nas quais as estimativas se suportam, além da magnitude dos montantes envolvidos, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de gás fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, incluindo a determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de gás realizada e não faturada em dezembro de 2019 considerando: (1) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; (2) tarifa de venda de gás conforme o preço por segmento, (3) dias estimados de consumo não faturado por cliente; e (4) seleção, em base amostral de receitas estimadas por cliente para inspeção do documento de última medição realizada no ano, com o objetivo de confirmar que a quantidade de dias estimados por cliente descritos acima é obtida a partir da data da última leitura no medidor de gás. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão não faturada, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a empregados e ex-empregados, relativos à assistência médica e plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas e julgamentos para determinação dos valores. Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações atuariais da Companhia totalizam R\$ 277.718 mil conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, uma vez que o processo de mensuração desse passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão, crescimentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Essas obrigações são altamente sensíveis a mudanças nessas premissas.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização de nosso entendimento dos processos relevantes estabelecidos pela Administração para o cálculo das obrigações relacionadas aos benefícios a empregados. Com o auxílio de nossos especialistas atuariais, obtivemos o entendimento e validamos através de recálculo independente, as principais premissas aplicadas pela Administração através de empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Administração, para o cálculo das obrigações de benefícios a empregados e comparamos as principais premissas com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração desse passivo adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como parte da Administração da Companhia, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, circularização aos consultores jurídicos (quanto aos valores e prognósticos de perda das demandas envolvendo a Companhia); o confronto das informações resultantes do processo de circularização com aquelas registradas pela Companhia; a obtenção de representações formais do departamento jurídico da Companhia e da Administração.

Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliamos os prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Nós envolvemos nossos profissionais de Impostos na execução desses procedimentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas adotadas pela Administração para a mensuração das causas classificadas como probabilidade de perda provável e possível, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 21 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos_

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor_

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras_

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras_

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	24.369	142.848
Contas a receber de clientes ^(Nota 7)	542.762	497.133
Estoques	3.132	1.778
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	45.372	49.049
Partes relacionadas ^(Nota 10)	498	1.726
Cessão de crédito	9.090	9.762
Outras contas a receber	6.325	3.663
	631.548	705.959
Não circulante		
Ativos fiscais diferidos ^(Nota 9)	258.483	242.537
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	38.157	29.670
Depósitos judiciais ^(Nota 12)	82.011	80.198
	378.651	352.405
Investimentos	380	380
Intangível ^(Nota 13)	2.225.535	2.198.486
Ativo direito de uso ^(Nota 14.1)	9.409	-
	2.613.975	2.551.271
Total do ativo	3.245.523	3.257.230

	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores ^(Nota 15)	386.822	380.703
Obrigações por arrendamento ^(Nota 14.2)	4.754	-
Empréstimos e financiamentos ^(Nota 16)	101.395	227.979
Obrigações trabalhistas	9.112	9.339
Tributos a recolher ^(Nota 17)	128.366	88.137
Obrigações com fundo de pensão ^(Nota 20)	64.949	48.025
Contas a pagar a partes relacionadas ^(Nota 10)	29.976	9.623
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio ^(Nota 10)	232.355	73.561
Demais contas a pagar	14.307	14.933
	972.036	852.300
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos ^(Nota 16)	898.223	674.800
Obrigações com fundo de pensão ^(Nota 20)	212.769	170.867
Obrigações por arrendamento ^(Nota 14.2)	4.845	-
Provisão para contingências ^(Nota 21)	244.614	265.926
	1.360.451	1.111.593
Total do passivo	2.332.487	1.963.893
Patrimônio líquido ^(Nota 19)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	384.565	732.407
Ajuste de avaliação patrimonial	(118.183)	(85.724)
Total do patrimônio líquido	913.036	1.293.337
Total do passivo e patrimônio líquido	3.245.523	3.257.230

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Receita líquida ^(Nota 23)	4.631.112	4.153.332
Custo do serviço ^(Nota 24)	(3.562.566)	(3.130.514)
Lucro bruto	1.068.546	1.022.818
Despesas gerais e administrativas ^(Nota 26)	(435.807)	(564.085)
Outras receitas e despesas, líquidas ^(Nota 27)	(34.815)	(47.454)
Lucro operacional	597.924	411.279
Receitas financeiras	66.072	24.903
Despesas financeiras	(117.446)	(207.357)
Resultado financeiro, líquido ^(Nota 28)	(51.374)	(182.454)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	546.550	228.825
Imposto de renda e contribuição social - correntes ^(Notas 9 e 18)	(190.154)	(141.586)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos ^(Notas 9 e 18)	16.522	85.871
Lucro líquido do exercício	372.918	173.110
Quantidade de ações em circulação ^(em milhares de ações)	259.638	259.638
Lucro líquido básico e diluído por mil ações do capital social no final do exercício - R\$	1.436,30	666,74

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	372.918	173.110
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/perda atuarial de fundo de pensão	(49.479)	12.547
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(49.479)	12.547
Total do resultado abrangente do exercício	323.439	185.657
Acionistas controladores	175.175	100.552
Acionistas não controladores	146.264	85.105

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais
31 de dezembro de 2017	587.923	2.194
Aumento de capital	56.537	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Instrumentos financeiros	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2018)	-	-
Destinação do lucro		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$328,00 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos propostos (R\$305,39 por lote de mil ações)	-	-
31 de dezembro de 2018	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Instrumentos financeiros	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2019)	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (dezembro/2019)	-	-
Destinação do lucro		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$328,00 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos propostos (R\$305,39 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2020)	-	-
31 de dezembro de 2019	644.460	2.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de lucros

Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
117.585	486.651	230.811	-	(81.251)	1.343.913
-	(56.537)	-	-	-	-
-	96.760	(96.760)	173.110	-	173.110
-	-	-	-	12.547	12.547
-	-	-	-	(17.020)	(17.020)
-	-	(134.051)	-	-	(134.051)
8.656	-	-	(8.656)	-	-
-	-	-	(85.162)	-	(85.162)
-	-	79.292	(79.292)	-	-
126.241	526.874	79.292	-	(85.724)	1.293.337
-	-	-	372.918	-	372.918
-	-	-	-	(49.479)	(49.479)
-	-	-	(17.020)	17.020	-
-	(176.190)	(79.291)	-	-	(255.481)
-	(350.000)	-	-	-	(350.000)
2.652	-	-	(2.652)	-	-
-	-	-	(72.787)	-	(72.787)
-	-	-	(25.472)	-	(25.472)
-	-	254.987	(254.987)	-	-
128.893	684	254.988	-	(181.183)	913.036

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	546.550	228.825
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	128.097	125.230
Depreciação ativo direito de uso	4.395	-
Resultado na baixa do intangível	-	(140)
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	61.339	72.014
Juros sobre arrendamento	1.218	-
Custos a amortizar	(3.680)	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	4.038	(1.308)
Baixa depósitos não recuperáveis	-	3.349
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	9.347	31.230
Adições contingências	(28.541)	118.633
Atualização monetária contingências	7.229	83.409
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.144	62.562
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	13	4.712
	799.149	728.516
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(114.773)	(44.947)
Tributos a recuperar e diferidos	164.039	40.996
Estoques	(1.354)	473
Cessão de crédito	672	(2.187)
Demais contas a receber	(2.662)	906
Depósitos judiciais	(5.851)	18.640
Fornecedores	6.119	20.677
Obrigações trabalhistas	(227)	2.090
Tributos a recolher	(133.403)	(70.073)
Partes relacionadas	21.581	9.401
Demais contas e despesas a pagar	1.065	2.496
Caixa proveniente das operações	734.355	706.988
Juros pagos	(92.678)	(75.162)
Juros pagos arrendamento	(1.218)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(184.787)	(165.986)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	455.672	465.840
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(155.160)	(145.547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(155.160)	(145.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(110.000)	(14.654)
Ingressos de empréstimos	206.000	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(535.007)	(214.684)
Amortização principal arrendamento	(4.204)	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(11.638)	(22.728)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(454.849)	(252.065)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(154.337)	68.227
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	142.848	74.621
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(11.489)	142.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Vendas de gás e de serviços		
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	5.734.630	5.097.246
Outras receitas operacionais	14.341	4.256
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(95.595)	(62.562)
Não operacionais	311	140
	5.653.687	5.039.080
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.472.299)	(3.041.021)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(993.831)	(1.060.690)
	(4.466.132)	(4.101.711)
Valor adicionado bruto	1.187.557	937.369
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(132.492)	(125.230)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.055.063	812.139
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	66.072	22.843
Valor adicionado total a distribuir	1.121.136	834.982
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	63.968	78.375
Benefícios	17.937	24.180
FGTS	4.915	5.022
	86.820	107.577
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	310.169	194.676
Estaduais	223.962	163.191
Municipais	5.565	2.142
	539.696	360.009
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	117.447	184.622
Aluguéis	4.255	9.664
	121.702	194.286
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/ capital próprio	89.807	85.162
Dividendos propostos	280.459	79.292
Lucros retidos	2.652	8.656
	372.918	173.110
Valor adicionado distribuído	1.121.136	834.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha, e está registrada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis_

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 22.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

- (iv) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.5.4.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.7. Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.10. Ativos intangíveis

i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 13.

iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota Explicativa nº 13).

2.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2019.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto

para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15. Benefícios a funcionários

a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota Explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19. Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.21. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

As normas analisadas pela Companhia foram:

- CPC 11 – Contratos de seguro
- CPC 15 (R1) – Definição de negócios
- CPC 26 (R1) – Definição de omissão material

2.22. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) teve adoção requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o IAS 17.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, na data em que o bem arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com depreciação do ativo de direito de uso e a despesa com juros sobre o passivo de arrendamento. Serão reconhecidas despesas financeiras no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia aplicou as seguintes políticas, estimativas e critérios:

- Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2);
- Efeito de transição, a Companhia optou por aplicar o enfoque retrospectivo modificado e não vai rerepresentar valores comparativos de anos anteriores;
- Optou por mensurar o direito de uso inicial do ativo por um montante igual ao passivo por arrendamento em 1º de janeiro de 2019, na forma do que dispõe o expediente prático C3 do CPC 06 R2;
- Adotou a taxa de juros efetiva fixa de financiamento por carteira homogênea de arrendamentos e prazo de contrato;
- Para determinar o prazo dos arrendamentos como o período não cancelável, considerou o prazo inicial de cada contrato, salvo se a Companhia tenha opção unilateral de renovação ou término e que tenha certeza razoável de que exercerá tal opção; nesse caso, se considerará o correspondente prazo de ampliação o término antecipado.

Como impactos derivados da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica ativos de direito de uso no montante de R\$ 15.643; os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos, conforme Nota Explicativa nº 14.

Em síntese, os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldo do balanço 31/12/2018	Adoção CPC06-R2	Movimentação Demais contas	Saldo do balanço 31/12/2019
Ativo				
Circulante	705.959	-	(74.411)	631.548
Não circulante	2.551.271	9.409	53.295	2.613.975
Total do ativo	3.257.230	9.409	(21.116)	3.245.523
Passivo				
Circulante	852.300	4.754	114.982	972.036
Não circulante	1.111.593	4.845	244.013	1.360.451
Patrimônio líquido	1.293.337	-	(380.301)	913.036
Total do passivo e patrimônio líquido	3.257.230	9.599	(21.306)	3.245.523

Outras normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2019.

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019; no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas informações contábeis da Sociedade:

■ ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro:

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza acerca de uma determinada transação ou circunstância em relação à incidência do IRPJ e da CSLL. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

A Administração da Companhia conclui que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos às demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21, são considerados pela Administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 202.933 (R\$ 167.157 em 31 de dezembro de 2018).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

4. Gestão de risco financeiro_

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2019 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota Explicativa nº 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 340.488 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 146.341 em 31 de dezembro de 2018). Desse montante, R\$ 232.355 estão representados por dividendos a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	105.658	789.019	258.361
Fornecedores	391.576	-	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	237.104	376.639	429.626
Fornecedores	380.703	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 975.249, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2019, indicava uma taxa SELIC em 4,50%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2019 ^(%)	4,59	4,59	4,59
Dívida líquida – bancos	975.249	975.249	975.249
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2019 ^(%)	4,50	5,63	6,75
Despesa (receita) financeira	(878)	10.094	21.065
IR e CS	(298)	3.432	7.162
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	(579)	6.662	13.903

(*) A taxa projetada do CDI é menor do que a atualmente vigente, motivo pelo qual é apresentada uma reversão de despesa financeira no cenário provável.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos ^(Nota 16)	999.618	902.779
Menos: caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	(24.369)	(142.848)
Dívida líquida	975.249	759.931
Total do patrimônio líquido	913.036	1.293.337
Total do capital próprio e de terceiros	1.888.285	2.053.268
Índice de alavancagem financeira ^(%)	52%	37%

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos em 2019.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5. Instrumentos financeiros por categoria_

Ativos financeiros

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	2019	2018
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nível 2)	24.369	142.848
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	542.762	497.133
Contas a receber de partes relacionadas	498	1.726
Demais contas a receber	6.325	3.663
Cessão de crédito	9.090	9.762
	583.044	655.132

	2019	2018
Passivos mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	999.618	902.779
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	232.355	73.561
Contas a pagar de partes relacionadas	29.976	9.623
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	386.822	380.703
	1.648.771	1.366.666

6. Caixa e equivalentes de caixa_

	2019	2018
Caixa	12	39
Bancos	24.357	44.439
Aplicações financeiras	-	98.370
	24.369	142.848

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro:

	2019	2018
Caixa	12	39
Bancos	24.357	44.439
Aplicações financeiras	-	98.370
	24.369	142.848
Contas bancárias a descoberta ^(Nota 16)	(35.858)	-
Total	(11.489)	142.848

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 98% do CDI.

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou de suas linhas de financiamento disponíveis e resultou no valor de R\$ 35.858 de saldo à descoberto. (Nota Explicativa nº 16).

7. Contas a receber de clientes_

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2019	2018
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	501.758	428.289
Do setor público	13.295	8.357
	515.053	436.646
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	199.231	163.496
Do setor público	3.702	3.661
	202.933	167.157
Vendas de equipamentos	9.163	8.573
	727.149	612.376
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(184.387)	(115.243)
	542.762	497.133
Circulante	542.762	497.133
	542.762	497.133

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2019	2018
A vencer		
Faturado	327.067	301.155
Não faturado	202.933	167.157
Vencidas		
Até três meses	102.068	52.146
De três a seis meses	9.392	7.259
Acima de seis meses	85.689	84.659
	727.149	612.376

(a) A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes do período de 2017 e 2018, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente.

Após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	115.243	50.212
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	106.086	103.071
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(36.942)	(38.040)
Em 31 de dezembro	184.387	115.243

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

8. Tributos a recuperar_

	2019	2018
PIS e COFINS ^(a)	26.706	25.619
FINSOCIAL ^(b)	36.057	14.613
ICMS a recuperar ^(c)	5.007	19.080
Contribuição social ^(d)	10.722	13.895
Imposto de Renda Retido na Fonte ^(e)	3.419	2.870
Outros	1.618	2.642
	83.529	78.719
Circulante	45.372	49.049
Não circulante	38.157	29.670
	83.529	78.719

(a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo.

(c) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível no montante de R\$ 4.681 (R\$ 19.080 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 2.578 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.103 com expectativa a longo prazo. A Companhia possui ainda R\$ 326 passíveis de aproveitamento. Houve uma variação nos valores, devido ao saldo credor do mês de dezembro de 2018 que foi compensado nas apurações seguintes.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(e) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

9. Ativos fiscais diferidos_

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

	2019	2018
Obrigações de fundo de pensão	113.650	110.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53.162	29.563
Provisão para contingências	83.169	93.570
AVP financeiro	2.922	3.409
Mudança de prática – novos CPCs ^(*)	(5.132)	(5.132)
Provisão de fornecedores	8.579	7.982
Outras	2.133	3.033
Ativo não circulante	258.483	242.537

(*) Os itens das mudanças de prática são:

	2019	2018
Operações de arrendamento mercantil	65	-
Receita de ajuste a valor presente	(1.112)	(1.035)
Juros e variação monetária Gasius	(4.085)	(4.097)
	(5.132)	(5.132)

b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos
Em 31 de dezembro de 2018	110.112	29.563
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	4.115	23.599
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(577)	-
Em 31 de dezembro de 2019	113.650	53.162

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2019. Com base nessas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

2020	24.846
2021	26.917
2022	31.059
2023	35.200
2024	41.411
2025	28.988
2026	70.062
	258.483

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

IR e CS diferidos ativos sobre

Provisão para contingências	AVP financeiro	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
93.570	3.409	(5.132)	7.982	3.033	242.537
(10.401)	(487)	-	597	(900)	16.523
-	-	-	-	-	(577)
83.169	2.922	(5.132)	8.579	2.133	258.483

10. Transação com partes relacionadas_

	Ativo Circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar				
Gás Natural SDG, S.A. ^(a)	107	112	7	1.789
Gás Natural Serviços Integrales ^(b)	-	157	-	1.724
Gás Fenosa Engineering ^(c)	-	-	68	-
Naturgy Informática ^(d)	-	29.707	-	16.234
CEG Rio S.A. ^(e)	333	-	18.948	10
Gás Natural São Paulo Sul S.A. ^(f)	-	-	444	-
Gás Natural Serviços S.A. ^(g)	44	-	2.469	-
Gás Natural do Brasil S.A. ^(h)	14	-	28	-
	498	29.976	21.964	19.757
JCP e dividendos				
Naturgy DL S.A. ⁽ⁱ⁾	-	125.311	-	-
Pluspetrol Energy ^(j)	-	5.221	-	-
Dinâmica energia ^(k)	-	21.435	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ^(l)	-	79.949	-	-
Outras partes relacionadas ^(m)	-	439	-	-
	-	232.355	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	498	262.331	21.964	19.757
Em 31 de dezembro de 2018	1.819	83.184	21.476	19.151

Os saldos tratam-se substancialmente de:

- (a) Contratação de serviços econômicos financeiros abrangendo tesouraria, contas a pagar e operativa contábil; o contrato foi assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPC espanhol mais 0,5%.
- (b) Contratação de serviços abrangendo os âmbitos de leitura, faturamento de grandes clientes e *call center*; o contrato foi assinado pelo período de cinco anos com prorrogação automática pelo período inicialmente pactuado; o valor do serviço é apresentado até o mês de dezembro de cada ano, com um orçamento anual estimado para o ano seguinte.
- (c) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço; o contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2022 e reajustado anualmente pelo IPCA.
- (d) Contratação de serviços de informática abrangendo serviços recorrentes e projetos de implantação de sistemas; esse contrato não possui atualização monetária, pois a cada ano é constituído um novo aditivo.
- (e) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (f) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, reuniões de Conselhos, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato está em vigor até 31/12/2022 e está sendo atualizado anualmente pelo IPCA.
- (g) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA;
- (h) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (i) Pagamento de dividendos e JCP.

Contratação de executivos

A Companhia possui conhecimento que a Sociedade Gás Natural São Paulo Sul, Sociedade Controlada pelo Grupo Naturgy, contratou os serviços de consultoria, por prazo determinado, dos executivos Jorge Henrique Baeta; Miguel Marcelo Napolitano e Bruno Armbrust.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

11. Remuneração do pessoal-chave da Administração_

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Honorários de diretoria (conselhos)	2.936	2.015
Honorários de diretoria estatutária	5.725	5.946
Planos de aposentadoria e pensão	152	180
Outros benefícios	734	960
	9.547	9.101

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionadas com os membros-chave da Administração.

12. Depósitos judiciais_

	2019	2018
ICMS ^(a)	4.411	3.982
INSS ^(a)	16.868	16.416
Imposto de renda	6.150	5.944
Processo administrativo – SRF ^(b)	8.102	7.890
CIDE ^(c)	11.826	11.534
Penhora judicial ^(d)	14.523	12.784
Trabalhistas ^(e)	8.797	11.818
Ação cível ^(f)	11.334	9.830
	82.011	80.198

(a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes.

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais – DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE (Nota Explicativa nº 21.a.i).

(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 1.952) e cíveis (R\$ 12.571).

(e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

(f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

13. Intangível_

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Diferido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	105.245	171	63.494	1.846
Aquisição	-	-	7.704	-
Baixa líquida	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	413	-
Amortização	(11.276)	(101)	(16.506)	(1.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	93.969	70	55.105	-
Custo total	136.735	3.628	163.949	439.748
Amortização acumulada	(42.766)	(3.558)	(108.844)	(439.748)
Valor residual	93.969	70	55.105	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	93.969	70	55.105	-
Aquisição	-	-	14.736	-
Baixa líquida	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	785	-
Amortização	(11.276)	(45)	(17.059)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	82.693	25	53.567	-
Custo total	136.735	3.628	179.470	439.748
Amortização acumulada	(54.042)	(3.603)	(125.903)	(439.748)
Valor residual	82.693	25	53.567	-

(a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento (d)	Total
1.875.378	2.046.134	136.276	471	2.182.881
34.091	41.795	103.026	726	145.547
(4.712)	(4.712)	-	-	(4.712)
173.413	173.826	(173.413)	(413)	-
(93.501)	(125.230)	-	-	(125.230)
1.982.669	2.131.813	65.889	784	2.198.486
3.147.024	3.891.084	65.889	784	3.957.757
(1.164.355)	(1.759.271)	-	-	(1.759.271)
1.982.669	2.131.813	65.889	784	2.198.486
1.982.669	2.131.813	65.889	784	2.198.486
41.185	55.921	97.694	1.544	155.160
(13)	(13)	-	-	(13)
86.348	87.133	(86.348)	(785)	-
(99.717)	(128.097)	-	-	(128.097)
2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535
3.274.545	4.034.126	77.235	1.543	4.112.904
(1.264.073)	(1.887.369)	-	-	(1.887.369)
2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.890	16.254	1.482	19.855
Aquisição	-	-	-	29.965
Baixa líquida	-	-	-	(1.296)
Transferência para intangível em operação	-	11.614	-	-
Amortização	-	(1.172)	(82)	(22.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.890	26.696	1.400	26.197
Custo total	1.890	55.091	11.569	159.908
Amortização acumulada	-	(28.395)	(10.169)	(133.711)
Valor contábil atual	1.890	26.696	1.400	26.197
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.890	26.696	1.400	26.197
Aquisição	-	-	-	37.733
Baixa líquida	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-
Amortização	-	(1.368)	(82)	(22.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.890	25.328	1.318	41.488
Custo total	1.890	55.091	11.569	197.641
Amortização acumulada	-	(29.763)	(10.251)	(156.153)
Valor contábil atual	1.890	25.328	1.318	41.488
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	30 a 20	10 a 20

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.602 (R\$ 4.047 em 31 de dezembro de 2018) à taxa média de 7,47% (8,19% em 31 de dezembro de 2018).

Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
1.788	77	-	-	2.261	34.091
-	-	(11)	(3.405)	-	(4.712)
-	-	-	161.799	-	173.413
(2.062)	(1.192)	(1.647)	(65.678)	(1.341)	(95.501)
5.616	5.779	2.145	1.909.323	3.623	1.982.669
34.187	19.323	20.447	2.829.051	15.558	3.147.024
(28.571)	(13.544)	(18.302)	(919.728)	(11.935)	(1.164.355)
5.616	5.779	2.145	1.909.323	3.623	1.982.669
5.616	5.779	2.145	1.909.323	3.623	1.982.669
918	225	-	472	1.837	41.185
-	-	(10)	(3)	-	(13)
-	-	-	86.348	-	86.348
(2.043)	(1.145)	(1.040)	(69.686)	(1.911)	(99.717)
4.491	4.859	1.095	1.926.454	3.549	2.010.472
35.105	19.548	20.437	2.915.868	17.396	3.274.545
(30.614)	(14.689)	(19.342)	(989.414)	(13.847)	(1.264.073)
4.491	4.859	1.095	1.926.454	3.549	2.010.472
20	10	20	30	Diversas	

14. Obrigações por arrendamento_

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações variam entre um e oito anos enquanto veículos é de um ano. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % a.a
1 a 3 anos	9,95 e 10,75
4 a 9 anos	11,45

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.22, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil retrospectivamente, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019 e reconheceu ativos de direito de uso no montante de R\$ 15.643. Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a 12 meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2019 são de R\$ 9.409 no ativo e R\$ 9.599 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

14.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Adoção inicial	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2019	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	57	-	(10)	47	5,42
Edificações	14.781	(1.839)	(3.934)	9.008	3,31
Veículos	805	-	(451)	354	1,69
Total – ativo de direito de uso	15.643	(1.839)	(4.395)	9.409	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	5.585	5.107
PIS/COFINS potencial	517	472

14.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Adoção inicial	Encargos financeiros	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2019
Terrenos	57	6	-	(8)	(6)	49
Edificações	14.781	1.149	(1.839)	(3.750)	(1.160)	9.181
Veículos	805	62	-	(446)	(52)	369
Total – passivo de arrendamento	15.643	1.217	(1.839)	(4.204)	(1.218)	9.599

Passivo de arrendamento	Tipo de taxa financeiros	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	9	42	51
Edificações (*)	Fixa	9,95 e 11,45	4.378	4.695	9.073
Veículos	Fixa	10,75	367	108	475
Total – passivo de arrendamento			4.754	4.845	9.599

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2020	Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	Janeiro de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	14	49	-	63	49
Edificações	4.391	6.542	576	11.509	9.181
Veículos	230	160	-	390	369
Total	4.635	6.751	576	11.962	9.599

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2019, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 9,95% e 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.255.

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 4.395 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.218.

15. Fornecedores_

	2019	2018
De gás ^(a)	323.513	302.298
De materiais	8.244	2.029
De serviços	55.065	76.376
	386.822	380.703

(a) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

16. Empréstimos e financiamentos_

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	999.618	902.779
	999.618	902.779
Total do passivo		
Circulante	101.395	227.979
Não circulante	898.223	674.800
	999.618	902.779

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

(a) Em moeda nacional	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	31/12/2019		31/12/2018	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	25/05/2021	100%	2.163	50.000	1.175	50.000
	CDI+1,2503%	03/06/2022	100%	6.430	160.000	2.749	160.000
	CDI+1,2%	19/08/2022	100%	5.623	100.000	1.590	100.000
	CDI+1,2%	16/04/2021	100%	2.459	50.000	2.503	50.000
	CDI+1,2%	On Demand	100%	6.685	-	-	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023	100%	3.874	150.000	11.564	150.000
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	120	98.749	143.604	-
	CDI+0,95%	On Demand	100%	29.173	-	-	-
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	100%	1.886	50.000	2.062	50.000
Banco Intesa San Paolo	9,70%	08/07/2020	100%	41.864	-	1.788	40.000
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2022	100%	126	106.000	674	44.800
	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	779	43.474	-	-
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023	100%	166	60.000	60.270	30.000
	CDI+1,25%	21/06/2021	100%	47	30.000	-	-
Total empréstimos e financiamentos				101.395	898.223	227.979	674.800

(*) Lc – Linha de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia o saldo a descoberto da Companhia é R\$ 35.858, conforme demonstrado em Nota Explicativa 6.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2019	2018
2020	-	334.800
2021	180.000	180.000
2022	508.223	160.000
2023	210.000	-
	898.223	674.800

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 44.142 com vencimento em um ano,

revisadas em diferentes datas durante o ano.

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2019	2018
Saldo inicial	902.779	922.683
Captação	206.000	-
Captação conta garantia	35.858	-
Amortizações	(110.000)	(14.664)
Juros provisionados	61.339	71.262
Juros pagos ^(a)	(92.678)	(75.162)
IOF	(3.680)	(1.340)
Saldo final	999.618	902.779

a) Contém os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 1.602 (R\$ 4.047 em 31 de dezembro de 2018) à taxa média de 7,47% (8,19% em 31 de dezembro de 2018).

17. Tributos a recolher_

	2019	2018
ICMS	51.862	25.819
IRRF e CSLL a pagar	55.848	43.707
COFINS	8.359	7.565
PIS	1.781	1.634
CS/PIS/COFINS terceiros	2.167	1.413
INSS terceiros	785	638
ISS terceiros	1.033	1.082
Outros	6.531	6.279
	128.366	88.137

18. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social_

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em 2018, o acionista Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A. passou a se denominar Naturgy Distribucion Latinoamerica S.A.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	546.550	546.550	228.825	228.825
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(136.638)	(49.190)	(57.206)	(20.594)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre capital próprio	18.197	6.551	21.291	7.665
Adições permanentes	(9.760)	(3.513)	(5.565)	(2.004)
Incentivos fiscais	721	-	698	-
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	(127.480)	(46.152)	(40.782)	(14.933)
Imposto corrente	(139.628)	(50.526)	(103.922)	(37.664)
Imposto diferido	12.148	4.374	63.140	22.731
	(127.480)	(46.152)	(40.782)	(14.933)
Alíquota efetiva	23%	8%	18%	7%

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social de R\$ 644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior	
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações – Dinâmica Energia	8,84
Outros (e ações em tesouraria)	0,18
	100,00

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

19.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia.

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovação em AGOE realizada em 25 de abril de 2019, o valor de R\$ 85.162 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas, sendo pago em parcela única no dia 25 de julho de 2019.

Outrossim, houve aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$ 255.481 sendo distribuídos a todos os acionistas, e que foram pagos em parcela única em 18 de dezembro de 2019 além de aprovação de distribuição de dividendos adicionais proveniente de reserva de expansão no valor de R\$ 350.000, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 206.000 paga também em 18 de dezembro de 2019 e a segunda parcela no valor de R\$ 144.000 prevista para pagamento no ano de 2020.

	2019	2018
Lucro líquido	372.918	173.110
Constituição da reserva legal	(2.652)	(8.656)
Compensação NIIF 9	(17.020)	-
Base de cálculo dos dividendos	353.246	164.455
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	88.312	41.114
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(72.787)	(85.162)
Dividendos a pagar	(25.472)	-
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	28%	52%

d) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido	372.918	173.110
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias	1,43629	0,66674

Nos exercícios de 2019 e 2018 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

20. Obrigações com fundo de pensão_

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gásius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	2019	2018
Nº participantes Gásius		
Ativos	28	31
Assistidos	1.017	1.038
	1.045	1.069

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

iv) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal per capita para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011; para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	2019	2018
Fundo de pensão (Gasius)	2.214	2.248
Assistência médica	8.992	7.880
	11.205	10.128

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2019	2018
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.274	6.071
Prêmio aposentadoria	617	946
Assistência médica para aposentados	270.828	211.875
	277.718	218.892
Circulante	64.949	48.025
Não circulante	212.769	170.867
	277.718	218.892

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2018	218.892
Benefícios a pagar	58.826
Em 31 de dezembro de 2019	277.718

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2019	2018
Renda fixa		
Títulos públicos federais	310.644	272.592
Fundos de investimento de renda fixa	51.033	44.500
	361.677	317.092
Títulos de renda variável	115.607	91.574
Investimento imobiliário	30.552	31.988
Outros ativos	29.406	44.156
	175.565	167.718
	537.242	484.810

21. Provisão para contingências_

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2019	2018
Trabalhistas	42.756	43.918
Cíveis	59.256	81.469
Regulatória	521	2.002
Tributárias	142.081	138.537
	244.614	265.926

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2018	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	Atualização monetária	2019
Trabalhistas	43.918	5.520	(8.535)	1.853	42.756
Cíveis	81.469	6.834	(30.753)	1.706	59.256
Regulatória	2.002	318	(1.900)	101	521
Tributárias	138.537	-	(25)	3.569	142.081
	265.926	12.672	(41.213)	7.229	244.614

	2017	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	Atualização monetária	2018
Trabalhistas	32.282	5.039	(12.562)	18.159	43.918
Cíveis	15.144	42.958	(9.516)	32.883	81.469
Regulatória	1.866	1.902	(1.866)	100	2.002
Tributárias	13.593	92.134	-	32.810	138.537
	63.885	142.033	(23.944)	83.952	265.926

A Companhia possui R\$ 82.011 (R\$ 80.198 em 31 de dezembro de 2018) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 12).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a) Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias, é a seguinte:

	2019	2018
Esfera		
Federal	142.081	138.537
	142.081	138.537

i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de

2019 é de R\$ 11.826 (R\$ 11.534 em dezembro de 2018) e está suportado por depósitos judiciais.

Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro – DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549.

O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$ 464.804 em 31 de dezembro de 2019. Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais, a Administração da Companhia, no exercício de seu julgamento profissional entendeu serem prováveis as chances de perda no valor do principal atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 108.330 (R\$ 105.607 em dezembro de 2018), motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e por tal razão não estão provisionados.

Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A Companhia provisionou o montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 em R\$ 16.868 (R\$ 16.416 em dezembro de 2018).

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorário de êxito em ações judiciais de R\$ 3.320 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.294 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia ainda dispõe de R\$ 1.737 relativas a outras causas com prognóstico provável de perda

ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 55.887 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 60.574 em 31 de dezembro de 2018).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado desse período, e a não observação da limitação imposta pelo artigo 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.764 (R\$ 8.605 em dezembro de 2018).

Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro 2019 é de R\$ 12.964 (R\$ 12.686 em 31 de dezembro de 2018).

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação parcial, por parte

da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 19.885 (R\$ 19.121 em 31 de dezembro de 2018).

Os demais processos classificados como possíveis somam R\$ 14.274 (R\$ 20.162 em 31 de dezembro de 2018).

b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2019	2018
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	35	34
Ex-empregados terceiros	593	602
Outros (Ministério Público, INSS)	13	11
	641	647

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2019	2018
Ex-empregados CEG	6.689	6.250
Ex-empregados terceiros	36.067	37.668
	42.756	43.918

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2019 R\$ 48.043 (R\$ 46.645 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do

cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

(iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.

(v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2019; essas causas totalizam R\$ 59.256 (R\$ 81.469 em 31 de dezembro de 2018). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 12.928 (R\$ 12.733 em 31 de dezembro de 2018) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

d) Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2019; essas causas totalizam R\$ 521 (R\$ 2.002 em 31 de dezembro de 2018). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

22. Informações por segmento_

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (950.301 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.923 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (257 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (4 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (472 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial
Volumes m³ mil (não auditado)	112.699	73.742	434.927
Receita bruta	923.990	338.687	1.021.766
Deduções	(194.032)	(72.657)	(197.976)
Receita líquida	729.958	266.030	823.790
Custo	(253.228)	(136.547)	(708.890)
Resultado bruto	476.730	129.483	114.900
Despesas/receitas			
Resultado antes da tributação			
Provisão p/ IR e contribuição social			
Lucro do exercício			

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial
Volumes m³ mil (não auditado)	117.353	74.744	472.287
Receita bruta	843.664	296.183	934.128
Deduções	(177.291)	(63.597)	(185.221)
Receita líquida	666.373	232.586	748.907
Custo	(184.054)	(113.196)	(612.461)
Resultado bruto	482.319	119.390	136.446
Despesas/receitas			
Resultado antes da tributação			
Provisão p/ IR e contribuição social			
Lucro do exercício			

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

2019

2018

Margem por segmento em 2019

Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
1.164.017	1.007.213	-	-	2.792.598
967.191	2.238.364	102.662	141.970	5.734.630
(121.376)	(484.466)	-	(33.011)	(1.103.518)
845.815	1.753.898	102.662	108.959	4.631.112
(779.412)	(1.562.333)	(102.662)	(19.494)	(3.562.566)
66.403	191.565	-	89.465	1.068.546
				(521.996)
				546.550
				(173.632)
				372.918

Margem por segmento em 2018

Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
1.366.462	963.441	-	-	2.994.287
1.025.173	1.784.508	111.327	136.107	5.131.090
(131.544)	(386.198)	-	(33.907)	(977.758)
893.629	1.398.310	111.327	102.200	4.153.332
(841.581)	(1.263.234)	(111.327)	(4.661)	(3.130.514)
52.048	135.076	-	97.539	1.022.818
				(793.993)
				228.825
				(55.715)
				173.110

Receitas de serviços	130.529	125.360
Receitas de serviços taxados	10.726	10.249
Receita de aluguéis	715	498
	141.970	136.107

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

23. Receita_

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	2019	2018
Venda de gás	5.489.998	4.883.656
Contratos de construção	102.662	111.327
Outras receitas ^(a)	141.970	136.107
Total receita bruta	5.734.630	5.131.090
(-) ICMS	(661.813)	(601.618)
(-) ISS	(1.750)	(1.565)
(-) PIS	(74.576)	(63.106)
(-) COFINS	(343.504)	(290.671)
(-) Taxa de regulação	(21.875)	(20.798)
Total de deduções	(1.103.518)	(977.758)
Receita líquida	4.631.112	4.153.332

(a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), onde o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobrás. Ademais, são registradas nessa linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

24. Custo_

	2019	2018
Compra de gás e de serviços	(3.369.624)	(2.932.103)
Custo dos contratos de construção	(102.675)	(111.329)
Custo de pessoal	(20.479)	(21.290)
Custo de amortização do intangível	(69.788)	(65.788)
	(3.562.566)	(3.130.514)

25. Compromissos e contingências_

25.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008 entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017, foi celebrado o Termo Aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do trimestre.

Pelo Aditivo nº 13 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu a partir do ano de 2019:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

Em 31 de dezembro de 2019, não houve pagamento de RMM.

25.2. Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (“Agenera”), por meio da Deliberação Agenera nº 1.796. Assim, a Agenera definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofreram uma redução de 1,99%.

No entanto, a Deliberação Agenera nº 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a Agenera homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia arrecadou um montante financeiro superior ao devido, dessa forma, a Agenera também determinou um fator de retroatividade que foi aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representou uma redução adicional de 3,60%.

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente. O processo de revisão tarifária encontra-se atrasado, aguardando definição da Agência Reguladora.

26. Despesas gerais e administrativas_

	2019	2018
Despesa de pessoal	(84.057)	(96.085)
Serviços profissionais e contratados	(94.463)	(109.753)
Amortização do intangível	(62.706)	(59.442)
Serviços e outros gastos	(50.287)	(49.588)
Serviços de manutenção	(40.155)	(42.558)
Utilidades, materiais e serviços	(25.820)	(23.572)
Entidade de previdência privada	(1.263)	(1.891)
Provisões (reversão) líquidas	18.539	(118.633)
Perdas e reservas	(26.451)	(24.523)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(69.144)	(38.040)
	(435.807)	(564.085)

27. Outras despesas, líquidas_

	2019	2018
Impostos e taxas ^(a)	(19.076)	(14.510)
Ganho/perda na alienação de intangível	299	(4.571)
Indenização a terceiros	(14.379)	(18.003)
Despesa com impostos	(434)	(672)
Despesas indedutíveis	(1.188)	(8.647)
Outras receitas operacionais	13.150	3.871
Outras despesas operacionais	(13.187)	(4.922)
	34.815	(47.454)

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEFF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

28. Resultado financeiro_

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	6.623	5.489
Atualizações monetárias e cambiais ativas	244	1.679
Receita de juros e encargos	30.233	12.731
Variações monetárias ativas	26.228	3.970
Outras receitas financeiras	2.744	1.034
	66.072	24.903
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(61.339)	(67.620)
IOF	(299)	(958)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(39.760)	(116.533)
Fiança bancária	(14.417)	(17.213)
Outras despesas financeiras	(1.631)	(5.033)
	(117.446)	(207.357)
	(51.374)	(182.454)

29. Seguros (não auditado)_

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Em reais
		Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	29/10/2019 a 29/10/2020	475.000
Responsabilidade civil geral (*)	29/10/2019 a 29/10/2020	380.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes (**)	29/09/2019 a 29/10/2020	94.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

(**) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNSPS e GNS.

30. Eventos subsequentes_

Propagação do Novo Coronavírus

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas demonstrações financeiras.

Neste momento não é possível mensurar de forma precisa ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19.

Contudo, considerando as novas legislações publicadas no âmbito de nosso Estado, em especial a Lei nº 8769/2020, a Companhia diligenciou junto ao mercado financeiro novas linhas de crédito que possam garantir possíveis necessidades de fluxo de caixa, estas motivadas, principalmente, por eventual incremento na inadimplência. Adicionalmente, mantemos relação próxima com nossos fornecedores e, havendo necessidade, buscaremos a extensão dos prazos para pagamentos.

A Companhia entende que as condições do contrato de concessão, bem como o prazo remanescente deste, permitem absorver todos os impactos financeiros decorrentes dessa Pandemia.

Por fim, temos conhecimento da existência de outros Projetos de Lei, tal como o PL 2049/2020, que por serem Projetos não alteram o ordenamento jurídico vigente.

Jorge Henrique Baeta

Diretor Econômico-Financeiro de RI

Emerson de Pontes Sales

Contador CRC-110288/O-9 RJ

Naturgy 

www.naturgy.com.br